

O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO MODALIZADORA “PODE SER”. UM CASO DE (INTER)SUBJETIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS

Cibele Naidhig de SOUZA*

- RESUMO: Comprometido com um enfoque funcionalista, o trabalho analisa a expressão modalizadora **pode ser** como predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁) e como construção independente (**pode ser**₂), em textos contemporâneos do português brasileiro, de fala e de escrita. Busca-se identificar graus de (inter)subjetividade reveladores de um processo de (inter)subjetivização, conforme proposta de Traugott (2010). Sustentam a análise parâmetros de (inter)subjetividade de elementos modalizadores indicados especialmente em Traugott e Dasher (2002) e a noção de modalidade como categoria multifuncional, que não apenas codifica atitude do falante em relação ao conteúdo modalizado, mas que também atua como estratégia pragmática, como reguladora da situação comunicativa. A pesquisa revela **pode ser** como uma fórmula de grande aproveitamento no jogo discursivo, um conjunto bastante solicitado, produtivo e útil nas relações interpessoais. O estudo de propriedades semânticas, discursivas e morfossintáticas indica deslizamento na operação da construção, da sintaxe (**pode ser**₁) para o discurso (**pode ser**₂), interpretado como próprio de (inter)subjetivização.
- PALAVRAS-CHAVE: Modalização. Pode ser. (Inter)subjetivização. Funcionalismo.

Introdução

A expressão modalizadora **pode ser** é um conjunto bastante solicitado nas relações interpessoais. São familiares aos usuários contemporâneos do português usos de **pode ser** como em (1) e em (2¹), entre outros.

- (1) Doc – pra fora você diz do Brasil?
F2 – pro exterior é **pode ser** que eu não tenha tido ainda condição financeira de ir pra fora (NURC/ RJ D2 158)
- (2) — Você está querendo provar que Deus é justo.
O estrangeiro pensou um pouco.
— **Pode ser**. (DSP).

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – cibelenasouza@gmail.com.

¹ As ocorrências são retiradas do corpus da pesquisa, apresentado adiante. As siglas entre parênteses após as ocorrências identificam o texto de onde foram extraídas. O enunciado (1) é do NURC, entre parênteses indicam-se a cidade (RJ), o tipo de inquérito (D2) e o número do inquérito (158). O enunciado (2) é retirado do corpus de língua escrita e as letras entre parênteses indicam uma abreviatura do nome da obra, como consta no banco de dados do Laboratório de Lexicografia (LabLex) da UNESP, FCL, Araraquara. Ao final do artigo, encontra-se uma lista com os nomes das obras citadas.

Em enunciados como esses, **pode ser** é uma marca modal, por meio da qual o enunciador imprime um posicionamento epistêmico. Em ambos os casos, a construção sinaliza descomprometimento do falante com a verdade do conteúdo proposicional sob seu escopo, que é, então, avaliado como uma eventualidade, como algo possível, do ponto de vista do enunciador. Em (1), **pode ser** é um predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁), portador da atitude do enunciador em relação ao conteúdo proposicional encaixado. Em (2), **pode ser** é uma construção independente (**pode ser**₂) não apenas sintática, mas também ilocucional e pragmaticamente atua como um ato de fala atitudinal completo com incidência sobre outro ato de fala, do interlocutor. O valor semântico da expressão, nesses enunciados, aproxima-a de um advérbio modalizador como **talvez**.

O desenvolvimento de outras construções de modalidade, tais como **(eu) acho (que)** (GALVÃO, 1999), **parece (que)** (GONÇALVES, 2003), em que as formas mais livres são posteriores às formas encaixadoras de orações completivas, faz parecer natural que **pode ser**₂ represente um estágio do desenvolvimento de **pode ser**₁ em que a sentença matriz se desprende da sentença encaixada, tornando-se uma fórmula avulsa de modalidade com grande produtividade discursiva. Os casos citados são reconhecidos como gramaticalização e encaminhamentos próprios desse processo também podem ser identificados em **pode ser**².

A verificação da hipótese de gramaticalização em **pode ser** é uma interessante direção de pesquisa³. No entanto, essa não será tarefa reservada a este artigo⁴, cujo objetivo é estudar trajetos de (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010; TRAUGOTT; DASHER, 2002) presentes nesses contextos e que, conforme será argumentado, bem explicam o desenvolvimento da expressão **pode ser**. Investigam-se propriedades sintáticas, semânticas e discursivas da construção nos dois contextos sintáticos privilegiados pela investigação (predicado encaixador de proposição e construção independente), que indicam um processo de (inter)subjetivização em **pode ser**.

O artigo está comprometido com uma orientação funcionalista da linguagem sem filiação rígida a nenhuma corrente teórica funcionalista particular, tal como Neves (2006, 2011). Em uma perspectiva funcionalista, as formas de uma língua são meios para um fim e não um fim em si mesmas, devendo a explicação para as estruturas ser buscada nos usos. A análise inclui, então, além da estrutura

² **Pode ser** refere-se aos dois usos sob exame. Para referência específica, utilizam-se as indicações **pode ser**₁ e **pode ser**₂.

³ **Pode ser** no paradigma da gramaticalização é analisado em Carrascossi (2014).

⁴ As considerações deste artigo são parte revista de tese, Carrascossi (2011), desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves na UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, com apoio do CNPq (processo 141343/2008-7).

linguística, a situação comunicativa, o propósito do evento da fala, seus participantes e o conteúdo discursivo.

O corpus da pesquisa é constituído por textos contemporâneos do português brasileiro de língua falada e escrita. Com a preocupação de tomar um conjunto de textos que representasse, de forma mais ampla possível, a língua portuguesa do Brasil, optou-se primeiramente pelo banco de dados do Laboratório de Lexicografia (LabLex) da UNESP de Araraquara. Utilizou-se o chamado CP2 (corpus principal 2) do LabLex, que reúne textos escritos produzidos no período compreendido entre 1950 e 2000 e diversificados pelos tipos dramático, oratório, de propaganda, técnico, romanesco e jornalístico, totalizando 15.378.424 palavras.

A partir da descrição dos usos nos dados de língua escrita, pretendia-se buscar comprovação em dados de língua falada. Para tanto, analisaram-se 60 inquéritos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC) distribuídos igualmente pelas cinco capitais (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador) e pelos três tipos de inquéritos (elocução formal, diálogo entre informante e documentador, diálogo entre dois informantes) abarcados pelo projeto. Os textos de fala examinados são compostos por 392.510 palavras.

Realizou-se exaustivo levantamento de ocorrências de **pode ser**₁ e **pode ser**₂ nos textos selecionados. Para controle de variáveis, utilizaram-se alguns dos programas do aplicativo computacional GOLDFARB, especificamente aqueles que estimam frequência e cruzamento entre diferentes fatores de análise. Nas análises apresentadas neste artigo, as seguintes variáveis foram verificadas em cruzamentos por meio do GOLDFARB: tipo de **pode ser** (**pode ser**₁, **pode ser**₂), valores modais, flexão modo-temporal da oração encaixada (apenas para **pode ser**₁) e tipo de discurso (contínuo, interlocução).

Em relação à estrutura do artigo, primeiramente, busca-se delimitar a base teórica que sustentará a análise. Desse modo, na seção seguinte, realiza-se uma leitura crítica do conceito de modalidade e se propõe a consideração da categoria a partir de sua multifuncionalidade. As seções seguintes são dedicadas à discussão da tipologia da modalidade e a considerações sobre (inter)subjetividade e (inter)subjetivização, conforme proposta de Traugott. Seguem o exame de **pode ser** as considerações finais que encerram o texto.

A modalidade

Dada a complexidade do tema, a investigação sobre modalidade sempre é tarefa árdua e exigente para o analista. Entre tantas metáforas que já se arrolaram a fim de expressar a dificuldade de apreensão da categoria, destaca-se a de Perkins (1983), para quem pesquisar modalidade é como andar em uma sala superlotada sem pisar em nenhum pé.

Uma questão inicial envolve a definição da categoria e por aí já se entra em território conflituoso, pois não é pacífica a conceituação de modalidade. Além disso, e apesar do grande volume de trabalhos produzidos, não se prevê adequadamente a modalização que opera no nível discursivo, e nisso está uma dificuldade teórica para o estudo de **pode ser**, como será argumentado.

As primeiras reflexões originam-se dos estudos aristotélicos, em que se propõem as noções modais de possibilidade e de necessidade, e a ideia de que esses conceitos são interdefiníveis a partir da negação. Na tradição da análise lógica, as modalidades se caracterizam em termos de relações de verdade, independentemente do enunciador e, por isso, as relações estabelecidas na Lógica não se mantêm nos estudos linguísticos. Não obstante, como observa Neves (2006), os estudos linguísticos são muito influenciados pela visão lógica e dificilmente os conceitos de possibilidade e de necessidade não estão presentes na definição de modalidade.

A factualidade é critério utilizado em outra forma de delimitar a modalidade (LYONS, 1977; NARROG, 2005). Referida também pelos termos **real/irreal** (PALMER, 1986) ou **validade** (KIEFER, 1987), a factualidade, de acordo com Narrog (2005), é o único critério capaz de distinguir entre o que pertence e o que não pertence à categoria. De modo bastante geral, a modalidade seria marcada pela não factualidade, ou seja, pela indeterminação em relação ao estatuto factual, o que significa que um enunciado modalizado não é nem positiva nem negativamente factual. Porém, como observa Palmer (1986), as declarações factuais, como as sentenças que marcam opinião ou julgamento do enunciador (não factuais), são subjetivas, representam pontos de vista do falante e, então, limitar um estudo de modalidade à não factualidade não parece pertinente.

Assume-se, neste estudo, que a subjetividade é critério essencial para a definição da modalidade. A conceituação baseada nesse critério é, em geral, bastante aceita e encontra-se diferentemente expressa nas definições de teóricos e estudiosos: “[...] um meio usado pelo falante para expressar sua opinião ou atitude acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve.” (LYONS, 1977, p.436)⁵; “[...] o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa.” (QUIRK et al., 1985, p.219).

Esse modo de compreender a modalidade liga-se à ideia, bastante antiga e tradicional, de subdivisão do enunciado em duas partes constitutivas, o *dictum* (proposição, parte descritiva) e o *modus* (não proposição, modalidade, ponto de vista do sujeito falante sobre o dito) (LYONS, 1977). Ou seja, todos os enunciados que possuem proposição são constituídos por *modus* e *dictum*, e os que não são

⁵ A autora do artigo se responsabiliza pelas traduções das citações em língua estrangeira.

explicitamente modalizados contêm um operador de julgamento em sua estrutura semântica.

Embora a noção de subjetividade esteja na essência da modalidade, que envolve a expressão de algo que passa pelo conhecimento do enunciador, tal entendimento não prevê a atuação da categoria em determinadas situações de interlocução, o que é outro importante aspecto a ser lembrado. A modalidade marca a participação do enunciador na comunicação, que é realizada sob certas pressões interacionais e com o intuito de alcançar determinados objetivos comunicativos ou determinados efeitos discursivos. Especialmente na conversação, a modalidade pode assumir a função de reguladora da interação verbal, e esse aspecto não é contemplado por conceituações tais como as anteriormente citadas. A definição da modalidade como atitude ou opinião do falante em relação ao conteúdo proposicional do enunciado por ele proferido tem alcance restrito, afinal, a modalidade:

- a) não é só atitude/opinião do falante em relação ao seu enunciado, pode ser atitude/opinião em relação ao enunciado do interlocutor também;
- b) não incide necessariamente sobre um conteúdo proposicional;
- c) pode estar fortemente ligada ao domínio discursivo, em determinados enunciados e, por isso, nesses casos, sua principal função não é expressar um posicionamento de quem fala, e sim gerenciar a interação verbal.

A modalidade expressa por **pode ser**₂, tal como (2), apresentado na introdução, é um exemplo do que se está afirmando em (a), pois nesses casos o falante utiliza a construção para marcar um posicionamento epistêmico em relação ao enunciado do interlocutor (no caso, “Você está querendo provar que Deus é justo”).

Considere-se, ainda, outra ocorrência:

- (3) — Você é virgem, Severina?
— Virgem nasci / Virgem me criei / Se comigo não casares / Virgem morrerei – parodiava Severina, inspirada.
Flodoaldo ria, coçava-lhe a vaidade:
— Você é vida como o diabo, Severina!
E ia trepando como gato no cio aquele muro escuro e sólido de resistência. Adoçava a voz.
— **Pode ser** ou está difícil, coração? (CR).

Pode ser₂, em (3), incide sobre um conteúdo que não é expresso linguisticamente, mas está implicado na situação comunicativa, pode ser captado pelo contexto interacional (“você se deitar comigo”). A modalização, nesses casos, representa uma estratégia pragmática de atenuação. O enunciador sabe que sua

interlocutora oferece resistência às suas intenções, e a modalização é um dos recursos que o enunciador utiliza na tentativa de diminuir, ou talvez evitar, a reação contrária àquilo que deseja obter. Assim, a modalidade em (3) é principalmente uma estratégia de persuasão, uma forma de gerenciar a interação verbal. Com isso, ficam justificadas as afirmações (b) e (c) sobre a modalidade.

As reflexões de Hoffnagel (1997) e de Miranda (2000) oferecem apoio para a proposta de tratamento da modalidade como orientadora da interação verbal.

Ao analisar a modalidade epistêmica em dados de língua falada, Hoffnagel põe em evidência o caráter intersubjetivo da modalização: “[...] além de explicar as atitudes do falante com respeito às proposições propostas, os modalizadores epistêmicos são empregados, também, para comunicar atitudes do falante, em relação a seus interlocutores.” (HOFFNAGEL, 1997, p.150). Hoffnagel (1997) analisa duas funções pragmáticas da modalidade. A primeira delas consiste em marcar a falta de adesão em relação à verdade das proposições como parte de uma estratégia facilitadora de uma discussão mais aberta. A outra função apontada pela autora envolve a redução da força dos enunciados para proteger a face do falante e do destinatário, quando o tópico é delicado.

Opondo-se completamente ao entendimento da modalidade como uma propriedade da frase, do enunciado, Miranda (2000) defende, em um enfoque sociocognitivista, que a categoria deve ser compreendida como a intenção ou a atitude do enunciador em relação à enunciação (não em relação à proposição ou ao enunciado). A modalidade é um operador sobre domínios dentro da cena comunicativa, ela “gerencia a interação” (MIRANDA, 2000, p.144), ou seja, ela sinaliza o trabalho com a face, regula a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças que se instaura nessa encenação. A modalidade é compreendida como a semiose da face, pois na interação há um jogo de preservação/ameaça de face, e a modalidade, uma categoria linguística, marca essa construção dramática. Nesse conflito comunicativo, a categoria é um operador de imposição de forças/suspensão de barreiras (TALMY, 1988).

Um tratamento adequado da modalidade deve ser capaz de considerar seu papel no processamento textual, na interação – ou “tensão” – comunicativa que se estabelece entre os interlocutores. A proposta neste estudo é que a modalidade seja analisada considerando-se duas direções que, saliente-se, embora distintas, não são dicotômicas:

- a) a **orientada para o falante** – refere-se àquilo que o falante tem em mente (atitudes, crenças, julgamentos, etc.), serve para codificar experiência, especificar atitude em relação à validade do conteúdo modalizado no nível do conteúdo;
- b) a **orientada para o ouvinte** – marca estratégia comunicativa do falante, serve para regular a interação verbal, influir sobre os interlocutores.

No primeiro caso, a modalidade corresponderia ao entendimento mais convencional que a define como atitude ou opinião do sujeito enunciador em relação ao seu enunciado (LYONS, 1977; QUIRK et al., 1985). Nesse caso, a modalidade marca subjetividade.

Orientada para o ouvinte, a modalidade assume a função destacada por Hoffnagel (1997) e Miranda (2000), ou seja, é reguladora da situação comunicativa, sinalizando o trabalho de defesa e de proteção de faces (BROWN; LEVINSON, 1987). Nesse caso, o caráter intersubjetivo da modalidade está encarecido.

Compreende-se que essas duas direções da modalidade correspondem, respectivamente, às funções ideacional e interpessoal, tal como definidas por Halliday (1970), que não são excludentes, mas complementares. As sentenças são construídas simultaneamente como mensagem e como evento de interação e “[...] há uma região semântica em que as duas funções, a ideacional e a interpessoal, se sobrepõem, aquela do comentário do falante sobre o conteúdo.” (HALLIDAY, 1970, p.349).

As duas funções são como pontos extremos de um *continuum*, dentro do qual não há fronteiras rígidas entre o domínio ideacional e o interpessoal. Ou seja, não há relação dicotômica entre as duas funções, embora uma delas possa ser preponderante em determinado contexto.

Na função ideacional, a linguagem serve para expressar conteúdo, relacionado às experiências do falante, do mundo real ou mental (HALLIDAY, 1970). Neves (1997) esclarece que, no componente ideacional, as experiências do mundo mental podem envolver reações, cognições, percepções, assim como atos linguísticos de falar e de entender.

Na função interpessoal, por outro lado, a linguagem é utilizada como um meio de participação na situação de fala, ou seja, a linguagem relaciona-se com o estabelecimento de papéis sociais na comunicação, é um meio de estabelecer relações entre falante e ouvinte (HALLIDAY, 1970). O elemento interpessoal serve, “[...] num contexto mais amplo, ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, que, afinal, são inerentes à linguagem.” (NEVES, 1997, p.13).

Modalidades deontica e epistêmica

Embora haja multiplicidade de propostas tipológicas para as modalidades, os domínios deontico e epistêmico – os que interessam a este estudo – representam, em geral, a distinção básica.

A modalidade deontica situa-se no eixo da conduta, expressando valores como obrigação e permissão. Caracteriza-se pela presença de alguma fonte de autoridade

(deôntica), de predicados dinâmicos (ações) e de sujeitos controladores. Tais particularidades são reconhecidas pelos estudiosos e aparecem diferentemente em seus trabalhos. Para Lyons (1977), a modalidade deôntica indica a necessidade ou a possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Quirk et al. (1985) associam essa modalidade a um sujeito controlador, e Palmer (1986) a relaciona a um elemento de vontade (*will*).

A modalidade epistêmica situa-se no eixo do conhecimento, refere-se ao (des) comprometimento do enunciador em relação a determinado conteúdo, envolvendo crença, julgamento, opinião (LYONS, 1977; QUIRK et al., 1985; PALMER, 1986; HENGEVELD, 1988, 2004). Uma discussão pertinente para este estudo concerne à distinção entre a modalidade epistêmica subjetiva e a modalidade epistêmica objetiva.

Para tratar da modalidade alética, Lyons (1977) propõe uma subdivisão dentro da categoria epistêmica entre objetivo e subjetivo. Definida na lógica modal, a alética refere-se ao eixo da existência e envolve a determinação do valor de verdade dos enunciados. A modalidade epistêmica objetiva, que Lyons equipara à modalidade alética, expressa conhecimento geralmente aceito ou cientificamente comprovado. A modalidade epistêmica subjetiva, que abrange a postura do falante em relação ao conteúdo proposicional de seu enunciado, é expressão da opinião do falante. Na leitura epistêmica subjetiva de uma sentença como *Alfred may be unmarried* (Alfred pode ser solteiro), utilizada por Lyons (1977, p.797), o enunciador estaria indicando sua incerteza sobre o estado civil de Alfred e, assim, “ser solteiro” seria um fato hipotético. Na leitura epistêmica objetiva, o falante estaria expressando uma possibilidade matematicamente computável de que Alfred fosse solteiro e, nesse caso, o falante saberia, não simplesmente pensaria ou acreditaria, que há uma possibilidade de Alfred ser solteiro.

A distinção entre uma modalização epistêmica objetiva e subjetiva, nesses termos, é mantida por Hengeveld (1988, 2004). Hengeveld (1988) explica que, na modalidade epistêmica objetiva, o falante procede a uma avaliação do estatuto de realidade do estado de coisas designado por uma predicação. Para essa avaliação, o falante faz um cotejo entre o estado de coisas designado pela predicação e o conhecimento que ele possui sobre as situações possíveis ou os “estados de mundo”. A modalidade epistêmica subjetiva caracteriza-se em termos do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado; “[...] o evento é um construto (pensamento, crença, fantasia) do próprio falante, que é a fonte da informação.” (HENGEVELD, 1988, p.233).

Nuyts (1992, 1993, 2001) reconhece a distinção entre uma qualificação modal objetiva (proveniente de resultados matematicamente estimados e de possibilidades verificáveis da ocorrência de um estado de coisas), e uma

qualificação modal subjetiva (resultante de suposições subjetivas de que o estado de coisas pode ocorrer), mas critica a distinção entre modalidades epistêmica objetiva e subjetiva, como definida por Lyons (1977) e Hengeveld (1988). Para Nuyts, essa diferença é advinda de distintas origens da informação e não de diferentes tipos de modalidade, como pretendem Lyons (1977) e Hengeveld (1988). Para Nuyts, todo julgamento modal está baseado em uma evidência e o que pode variar é a qualidade da evidência, mas “[...] sem evidência, nenhuma avaliação de estado de coisas é possível, pode-se simplesmente dizer que não se sabe.” (NUYTS, 1993, p.946).

A proposta de Nuyts (1992, 1993, 2001) é tratar a diferença entre a interpretação objetiva e a subjetiva em termos de subjetividade e intersubjetividade⁶ (o autor prefere esse termo ao termo objetividade). Na interpretação epistêmica subjetiva, o falante é a fonte do conhecimento e, na interpretação intersubjetiva, a fonte é uma comunidade, podendo estar incluído o falante. Essa parece ser uma forma adequada de entender a distinção entre epistêmico subjetivo e epistêmico objetivo e é com base nesse entendimento que serão analisadas as ocorrências de **pode ser** em termos da distinção entre epistêmico objetivo e epistêmico subjetivo.

Subjetivização, intersubjetivização e modalização

Nos trabalhos de 1982, 1989, 1995a e 1995b, Traugott estuda o processo de subjetivização de modo bastante atrelado à gramaticalização, diferentemente de trabalhos mais recentes da autora (TRAUGOTT, 2010, por exemplo), em que, embora ainda se defenda estreita correlação entre os processos, a fronteira entre eles está mais bem definida.

A gramaticalização é compreendida como o processo de mudança linguística pelo qual uma palavra ou expressão lexical torna-se gramatical ou, se já gramatical, torna-se cada vez mais gramatical (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Traugott (1982, 1989, 1995a, 1995b) relaciona a subjetivização à gramaticalização, postulando que as mudanças ocorridas na gramaticalização acontecem em direção ao aumento de subjetividade, na interação entre falante e ouvinte.

Apoiando-se nos três domínios funcionais da linguagem propostos por Halliday e Hasan (1976) (**ideacional**, que serve à denotação; **textual**, que se refere à organização do discurso; **interpessoal**, que se relaciona à atitude do falante), Traugott (1982) indica que, nos primeiros estágios de gramaticalização,

⁶ Observe-se que Nuyts (1992, 1993, 2001) utiliza os termos subjetividade e intersubjetividade em um sentido totalmente diferente de Traugott (2010), cujos postulados sustentarão a análise de **pode ser**. Nuyts define (inter)subjetividade em termos do tipo de conhecimento que um enunciador possui para a sua qualificação modal. Para Traugott (2010), subjetividade refere-se à codificação de significado baseado na atitude do falante e intersubjetividade diz respeito aos significados que indexam a atenção do falante em relação ao ouvinte.

o principal caminho da mudança é a passagem de itens que possuem significado proposicional para itens com significado textual ou com significado expressivo, ou ambos, na seguinte ordem: **(proposicional) > [(textual) > (expressivo)]**. A hipótese é que a mudança é unidirecional; por exemplo, a direção contrária, expressivo > textual > proposicional, é altamente improvável na história de qualquer item gramatical (TRAUGOTT, 1982, 1989). Traugott (1989) propõe três tendências de mudanças semântico-pragmáticas: a) significados baseados em descrições de situações externas > situações internas (avaliativa / perceptual / cognitiva); b) significados baseados em descrições de situações externas ou internas > situações textuais e metalinguísticas; c) significados tendem a se tornar fortemente baseados na atitude subjetiva de crença do falante em relação à proposição. Nesse percurso de mudança semântico-pragmática, os significados vão tendendo a se referir menos a descrições de situações concretas e mais a situações discursivas, menos a situações objetivas e mais a situações subjetivas. Ou seja, os significados revelam cada vez mais o modo como o falante constrói o enunciado em relação ao ouvinte, por isso se diz que há uma **pragmatização do significado** (TRAUGOTT, 1995b).

Apesar da inter-relação, os dois processos são compreendidos como independentes e a forte ligação entre os dois processos, observa Traugott (2010), fica sugerida porque a gramaticalização envolve recrutamento de itens para marcar a perspectiva do falante sobre diversos fatores, entre os quais “[...] se a situação é relativizada em relação às crenças do falante (modalidade, modo).” (TRAUGOTT, 2010, p.40).

Em Traugott e Dasher (2002) está contemplada a distinção entre **subjetividade** e **intersubjetividade**. A tese dos autores é a de que a mudança semântica segue caminhos previsíveis nas línguas, revelando significados cada vez mais baseados em atitude subjetiva e intersubjetiva do falante.

Traugott (2010) define o processo de intersubjetivização como posterior à subjetivização, afirmando que são mecanismos pelos quais “[...] significados são recrutados pelo falante para codificar e regular atitudes e crenças (subjetivização) [...]”, e “[...] uma vez subjetivizados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no interlocutor (intersubjetivização).” (TRAUGOTT, 2010, p.35). A intersubjetivização, portanto, não ocorre sem a subjetivização. Dessa forma, Traugott (2010, p.35) indica que os significados dos itens se desenvolvem seguindo a direção:

não subjetivo/menos subjetivo > subjetivo > intersubjetivo

É preciso observar que, embora a (inter)subjetivização seja um processo histórico de mudança das formas, verificado ao longo do tempo, é possível

também organizar um *cline* sincrônico de (inter)subjetividade (TRAUGOTT, 2010), baseado em critérios que determinam uma gradação do menos para o mais (inter)subjetivo.

Por hipótese, os processos ocorrem no fluxo da fala, na interação verbal, por meio daquilo que Traugott e Dasher (2002) chamam **inferência sugerida pelo contexto**, um processo metonímico, largamente aceito como importante mecanismo por trás dos processos de gramaticalização e (inter)subjetivização. A noção de metonímia é estendida de contextos concretos para contextos pragmáticos de inferência conversacional e convencional. A contiguidade envolvida nesse caso é baseada no mundo discursivo. Um exemplo seria o desenvolvimento de *since*, no inglês, analisado por Traugott e König (1991). Inicialmente, a preposição estabelecia apenas relação temporal. Em determinado momento, uma leitura causal pôde ser inferida da leitura temporal. Em alguns contextos, as duas leituras são possíveis. Por meio do uso frequente, a interpretação causal torna-se convencionalizada e o conectivo passa a ser usado em contextos cuja única interpretação é a causal.

O desenvolvimento de significados epistêmicos a partir dos significados deônticos, historicamente comprovado em línguas como o inglês (TRAUGOTT, 1989; SWEETSER, 1990; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; HEINE, 1995; TRAUGOTT; DASHER, 2002), é entendido como resultante de um processo de subjetivização (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT; DASHER, 2002) e, também, é preciso citar, de gramaticalização.

Em relação à subjetivização dos elementos modais, a mudança deôntico > epistêmico já revela, por si, um processo de subjetivização, pois, nesse percurso, os significados tornam-se mais centrados nas atitudes e crenças do enunciador. Mas o caráter gradual da subjetividade deve ser acentuado e, por isso, Traugott (1989) refere-se à modalidade em termos de “mais” ou “menos” subjetiva ou, ainda, “fracamente” ou “fortemente” subjetiva. A autora observa que, quando os significados epistêmicos surgem, são fracamente subjetivos e, à medida que se desenvolvem, tornam-se mais fortemente subjetivos.

É em Traugott e Dasher (2002) que se encontra uma análise mais detalhada dos significados modais revelando subjetivização. Dois fatores são definidos para a aferição de graus distintos de subjetividade: a) o tipo de força modal (deôntica, epistêmica); b) a natureza da força modal (externa ao falante – religião, leis, regras sociais, etc. – ou interna ao falante). No caso dos significados deônticos, por exemplo, o modal é mais subjetivo se a força deôntica é o próprio falante e menos subjetivo se há uma força social, religiosa ou outra força externa implicada ou especificada. Os significados epistêmicos também revelam uma escala em termos de subjetividade, sendo mais subjetivos quando a qualificação modal é baseada em uma expectativa pessoal do falante ou reveladora de uma confiança

do enunciador e menos subjetivos quando baseados em uma expectativa de um grupo ou se envolvem uma opinião mais geral. Relacionada a essa gradação de subjetividade está a distinção entre epistêmico objetivo e epistêmico subjetivo, como proposta na seção anterior,

Os significados intersubjetivos, de acordo com Traugott (2010) e Traugott e Dasher (2002), referem-se a certo cuidado do falante com a recepção de seu enunciado pelo ouvinte, mais particularmente, relacionam-se com a noção de *hedges*, com a proteção da face do interlocutor.

Com base nessas considerações, busca-se identificar graus de (inter)subjetividade nas ocorrências de **pode ser**, os quais podem ser interpretados como indícios de um processo de (inter)subjetivização.

A gradação de (inter)subjetividade em **pode ser**

Apresentados os pressupostos teóricos da pesquisa, analisa-se nesta seção a expressão modalizadora **pode ser**, buscando-se ressaltar o deslizamento da construção em direção ao componente discursivo da linguagem, interpretado como (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

As 357 ocorrências de **pode ser** localizadas no corpus, sendo 333 da amostra de escrita e 24 da amostra de fala, distribuem-se entre os dois contextos sintáticos privilegiados pela investigação da seguinte forma: 63% (226/357) são predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁), como no enunciado (4); 37% (131/357) são construção independente (**pode ser**₂), como nos enunciados (5) e (6).

- (4) — Somos eternos, Talbo. As Vozes me contaram isto, no tempo em que eu podia ver seus corpos e seus rostos.
Talbo conhecia o Dom de sua mulher. Mas fazia muito tempo que ela não tocava no assunto. Talvez fosse o delírio.
— Mesmo assim, nenhuma vida é igual à outra. E **pode ser** que não nos encontremos nunca mais. Preciso que você saiba que te amei a minha vida inteira. Te amei antes de te conhecer. Você é parte de mim. (BRI)
- (5) Inf – o::sim o cavalo ele naturalmente ele tem o::...ou o freio ou bridão...são duas coisas diferentes também...agora...o que usa normalmente aqui::no interior...é o freio...e o::o freio é...ahn consiste vamos dizer num metal...que entra na boca do cavalo...esse é o freio propriamente dito...agora...para manter esse metal na boca do cavalo...existe::uma cabeçada...feita de couro...que muitas vezes é chamada em conjunto com o freio de freio...mas quando se quer distinguir...o::...aquilo que...o

ferro...que entra na boca do cavalo...do restante do freio...então usa-se a palavra cabeçada...a cabeçada por sua vez tem::também algumas partes...porque tem uma que vem...logo::na frente do::...da cabeça do cavalo...que se chama::...cabeção...depois tem uma que vai mais em cima da própria cabeça do cavalo que é a testada...e além disso tem uma...um outro courinho que sai...de cima...e passa por baixo do...da cabeça...ah...próximo ao pescoço...que também tem um nome ahn::... --puxa eu não sei como é que eu posso ter esquecido esse nome...-- é alguma coisa como::...gargantilha mas não é gargantilha hoje é...((risos)) é o que as mulheres usam

Doc – **pode ser**...daí o exemplo

Inf – mas poderia ser mesmo...talvez até...a::a palavra fosse essa gargantilha...e que agora esteja lembrando mas estou ligando com a coisa que as mulheres estão usando né? (NURC/SP DID 18)

(6) — Tem anil?

— É botequim, limitou-se a responder o proprietário, palitando a boca.

— Então me dê uma cachaça, acrescentei como náufrago.

O mulato apanhou a garrafa, estendeu-se um copo embaçado:

— Dupla?

— **Pode ser**. (BH).

As ocorrências de **pode ser**₁ sempre têm interpretação epistêmica, como em (4). Verificou-se que **pode ser**₂, por outro lado, expressa, além do valor epistêmico (ocorrência 5), o valor deôntico (ocorrência 6). Os enunciados examinados distribuem-se entre os dois domínios modais, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Pode ser nos domínios epistêmico e deôntico

	Epistêmico	Deôntico	Total
Pode ser ₁	226 (100%)	-	226 (100%)
Pode ser ₂	111 (85%)	20 (15%)	131 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

O eixo do conhecimento predomina não só em **pode ser**₁, uma forma consolidada de avaliação epistêmica, mas também em **pode ser**₂: apenas 20 (15%) das ocorrências são deônticas, como no enunciado (6).

A avaliação epistêmica marcada por **pode ser** sempre tem relação com ausência de certeza. Com **pode ser**, o enunciador avalia o conteúdo sob seu

escopo como possível, não se comprometendo com a verdade do que é dito e, assim, revelando baixo grau de adesão ao enunciado. Observe-se em (4) que a oração encaixada (“não nos encontremos nunca mais”) é apresentada como um julgamento do enunciador, que considera o conteúdo proposicional incerto. De modo semelhante, em (5), com **pode ser**₂ o enunciador admite como possível o dito de seu interlocutor (o nome do objeto descrito pode ser gargantilha).

A natureza avaliativa, hipotética, solicita uma organização modo-temporal específica para **pode ser**₁. Observa-se, então, que as orações encaixadas ocorrem, na grande maioria dos casos, no presente do subjuntivo, como em (4). A tabela 2 apresenta os resultados do exame modo-temporal da oração encaixada nas ocorrências de **pode ser**₁:

Tabela 2 – Tempo e modo do verbo da oração encaixada em **pode ser**₁

Presente do subjuntivo	176 (80%)
Pretérito perfeito composto do subjuntivo	18 (8%)
Pretérito imperfeito do subjuntivo	11 (5%)
Pretérito perfeito do indicativo	7 (3%)
Presente do indicativo	4 (2%)
Futuro do presente do indicativo	1 (menos de 0,5%)
Total	216 (100%) ⁷

Fonte: Elaboração própria.

A alta frequência do presente do subjuntivo (80%) revela uma correlação modo-temporal entre a matriz e a encaixada em que o valor semântico da matriz **pode ser** (eventualidade, dúvida, incerteza) determina o modo e o tempo verbal da encaixada. Considere-se que as ocorrências de **pode ser**₁ com a sentença encaixada no modo indicativo são pouco frequentes, enquanto as no modo subjuntivo somam 93% (80% do presente do subjuntivo, 8% do pretérito perfeito composto do subjuntivo, 5% do pretérito imperfeito do subjuntivo). Essa é uma propriedade das orações completivas: a semântica do predicado matriz implica determinações na oração encaixada (NOONAN, 1985; GONÇALVES; SOUSA; CASSEB-GALVÃO, 2008).

Diferentes graus de subjetividade podem ser identificados a depender do tipo de conhecimento no qual o enunciador se baseia para expressar sua avaliação,

⁷ Analisaram-se 226 ocorrências de **pode ser**₁, e houve casos em que a oração encaixada foi interrompida (por exemplo: *Estas figuras giram; se tiverem algum parafuso no centro, pode ser que...*) ou não apresenta verbo expresso (por exemplo: *pode ser que sim*) daí ser considerado o total de 216 na tabela 2.

que determina a natureza da força modal. Note-se, inicialmente, o enunciado (7), com **pode ser**₁:

- (7) Infelizmente a tendência atual não é esta. A constante pressão do marketing da indústria farmacêutica aliada à falta de informações e conscientização sobre o problema da resistência bacteriana por parte da classe médica já estão levando a um uso abusivo da gentamicina com o conseqüente aparecimento de patógenos a ela resistentes. Isto pode levar a uma modificação do quadro e **pode ser** que tenhamos que utilizar, em primeira escolha, os novos aminoglicosídeos. (ANT-T).

Nessa ocorrência, **pode ser**₁ marca avaliação baseada em dados, em fatos objetivos e expressa possibilidade contextualizada em razão lógica: com o aparecimento de patógenos resistentes à gentamicina, é possível que seja necessária a utilização de novos aminoglicosídeos. Trata-se da apreciação de um especialista fundamentada em conhecimentos científicos sobre a resistência bacteriana. Em (8), **pode ser**₁ revela maior grau de subjetividade, pois o enunciador apoia-se em seu conhecimento de mundo e infere estimativas sobre o que seja possível ocorrer:

- (8) Chorar é a sua manifestação de desagrado diante de sensações que para ele são insuportáveis. A maior parte das vezes esta inquietação está relacionada com a hora da mamada e pode ser traduzida como fome. Mas **pode ser** que o bebê chore e se desespere depois de mamar. Serão cólicas, alguma sensação desagradável relacionada com seu tubo digestivo? (PFI).

Na ocorrência (8), **pode ser**₁ não sinaliza que se trata de um pensamento particular do enunciador, mas algo que ele sabe ser possível baseado em seu conhecimento sobre o mundo, sobre o comportamento de um bebê, na situação descrita no enunciado (o bebê chorar e se desesperar depois de mamar).

Em ocorrências como (7) e (8), **pode ser**₁ configura a modalidade epistêmica objetiva, em que a fonte da informação é externa ao falante. Nesse tipo de modalização, o falante avalia o estatuto de realidade do estado de coisas baseado em seu conhecimento de mundo, de situações possíveis. A ocorrência em (8) é entendida como mais subjetiva que (7), pois se refere a um conhecimento do domínio comum, pertencente ao repertório de uma comunidade da qual o falante faz parte, enquanto (7) envolve um conhecimento pertencente ao domínio científico, totalmente independente do enunciador.

Pode ser₁ configura também a modalidade epistêmica subjetiva, em que a fonte da informação é o próprio enunciador, que transmite uma crença particular, como em (9):

- (9) Uma vez no Rio, eu estava de férias passeando no carro da Nesita, quando parou um ônibus ao meu lado. Olhei e tinha uma menina linda me olhando. Dei uma piscada pra ela e ela retribuiu com um beijinho. Então dei uma lambida nos meus lábios e ela me fez uma careta. Depois rimos, e, quando o ônibus partiu, ela mandou um tchauzinho bem íntimo. Fiquei morrendo de vontade de parar o carro, subir no ônibus pra conhecer a garota. Deve ser uma menina legal, pra corresponder assim a uma brincadeira. Mas deixa ela ir embora. **Pode ser** que uma palavra estrague tudo. Essa cena nunca mais saiu da minha cabeça, nem o rostinho bonito dela. (FAV).

Com **pode ser**₁, em (9), o falante expressa uma conjectura, uma suposição sobre determinada situação (uma palavra estragar tudo), algo que ele crê que seja possível.

Pode ser₁ sinaliza, portanto, aquilo que o falante sabe que é possível, como em 7 e 8 – modalidade epistêmica objetiva – ou aquilo que ele crê que seja possível, como em 9 – modalidade epistêmica subjetiva –, o que reflete diferentes graus de subjetividade do enunciador (menor nos primeiros casos e maior no último). Seja expressando uma opinião pessoal, seja emitindo uma avaliação baseada em dados externos ao falante ou baseada em razão lógica, **pode ser**₁ marca o descomprometimento do falante com relação ao conteúdo avaliado, e esse traço se mantém em **pode ser**₂, como nas ocorrências epistêmicas (2) ou (5), apresentadas, respectivamente, na introdução e no início desta seção.

Entretanto, não se verifica em **pode ser**₂ a mesma gradação em termos de subjetividade que se ressalta no exame de **pode ser**₁. **Pode ser**₂ epistêmico é sempre expressão de avaliação do enunciador baseada em seu próprio conhecimento, ou seja, é sempre expressão de um posicionamento particular, configurando a modalidade epistêmica subjetiva. Na interlocução, como retomada de um dito do interlocutor, **pode ser**₂ representa concordância, assentimento em relação ao ato de fala expresso anteriormente. Ou seja, **pode ser**₂ é um uso fortemente subjetivo, pois revela sempre uma crença particular do falante e, ao mesmo tempo, indexa sempre intersubjetividade, pois representa uma avaliação do enunciador em relação ao interlocutor. Casos em que **pode ser**₁ expressa posicionamento do enunciador em relação ao dito do interlocutor (como **pode ser**₂), pouco frequentes, são exemplificados em:

- (10) — Mas ‘tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!
 — Sei lá... **pode ser** que não, mas **pode ser** também que sim.
 (CHA).
- (11) Luiz Raul – Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós... Tão superior, tão grave, tão coerente...
 Léo – Isso não é verdade.
 Luiz Raul – **Pode ser** que não seja, mas é a minha impressão...
 (RE-D).

Em (10) e (11), o enunciador utiliza **pode ser**₁ para se posicionar em relação ao conteúdo apresentado pelo interlocutor, o que torna o caráter intersubjetivo dessas duas ocorrências bastante claro.

Mas atente-se, ainda, para outra escala de intersubjetividade que esses enunciados põem em evidência. Em (10), **pode ser**₁ introduz palavras vicárias (sim, não) que retomam o ato de fala do interlocutor expressando sua (não) validade. As duas sentenças modais, negativa (“pode ser que não”) e afirmativa (“pode ser também que sim”), estão reiterando a expressão de dúvida (“sei lá”) marcada no início da fala da personagem. Considere-se ainda que as sentenças estão relacionadas pela conjunção adversativa **mas**, cujo efeito de sentido envolve certa desconsideração do fragmento anterior (NEVES, 1984). Esses elementos, juntos, revelam que o enunciador não tem opinião certa sobre o que lhe foi apresentado (“‘tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!”) e, nesse caso, o enunciado está modalizado para marcar, da parte do falante, um posicionamento epistêmico de descomprometimento em relação ao conteúdo apresentado pelo interlocutor (modalidade orientada para o falante).

No enunciado (11), por outro lado, a modalização assume outra função, orientada para o ouvinte. O falante retoma o argumento do interlocutor, atribui-lhe alguma validade (“pode ser que não seja” (verdade)), e em seguida introduz o argumento definitivo (“mas é a minha impressão”), que reforça o posicionamento assumido anteriormente (“sempre tive a impressão de que você sente um profundo desprezo pela gente”). Nesse caso, **pode ser**₁ representa uma admissão falsa, situada no mundo conversacional, em que o enunciador finge concordar com uma opinião divergente a fim de diminuir o impacto negativo que sua declaração possa ter. Esse movimento de “avanço e recuo” constitui uma estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes no discurso, e envolve o trabalho de defesa e de proteção de faces.

O fato de **pode ser**₁, em ocorrências como em (11), ser utilizado como um recurso na tentativa de evitar possíveis reações desfavoráveis do interlocutor, ou seja, envolve preocupação do falante com a recepção de seu enunciado pelo

ouvinte, com a imagem do ouvinte, o leva a ser considerado mais fortemente intersubjetivo do que ocorrências como em (10).

A análise das ocorrências do corpus revela **pode ser₂** como uma peça do discurso, das relações interpessoais. Considere-se que **pode ser₂** é utilizado, também, para expressar a concordância do enunciador em relação a situações que implicam controle. Nesses contextos, o enunciador configura uma fonte deôntica, com poder para autorizar, ou não, a realização de determinadas ações que envolvem oferecimentos, propostas, convites, etc., como em (12), adiante. Em razão de a fonte deôntica, nesses casos, ser o próprio falante, **pode ser₂** transmite um significado deôntico de caráter mais subjetivo.

- (12) W: Que tal tomarmos alguma coisa, doutor? Uma cerveja, uma batida? Meu colega oferece!
P: Eu?
O: **Pode ser...** Pá animar!
P: Mas Waldemar!
W: Ótimo! Vamos entrar aqui mesmo. Depois o senhor procura o tal hotel. (PED-D).

Embora **pode ser₂**, como em (12), represente admissão do enunciador em grau bastante elevado, podendo, inclusive, ser comparado a um advérbio, como **sim**, o valor de dúvida, incerteza, em algum grau, está presente. Ao utilizar a forma **pode ser** para permitir a realização de uma ação, aceitar um convite, o enunciador revela certa indiferença em relação ao processo, falta de convicção em relação ao que deseja ou, ainda, admissão a contragosto.

Os usos de **pode ser₂** deôntico com grau bastante elevado de intersubjetividade marcam a preocupação do enunciador com a recepção de seu enunciado pelo interlocutor. São enunciados em que **pode ser₂** ocorre em final de frase, como uma indagação. Essa é uma fórmula utilizada para atenuar o ato de fala anterior que é ameaçador à face negativa do interlocutor, pois diz respeito sempre a algo que o falante deseja obter do ouvinte (um pedido, um oferecimento, uma imposição, etc.). A utilização de **pode ser** com a função de atenuação e/ou polidez, nesses casos, reflete a previsão do enunciador de que o ouvinte pode ter uma objeção ou uma rejeição àquilo que o falante deseja obter:

- (13) No copo dela, a cereja nadava no Martini. Parecia ótima, também.
— Escute, estou duro. — esclareci.
— Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta – disse ela.
— Não é isso – disse eu – Queria que você me pagasse um Martini, **pode ser?**

Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC).

Em (13), **pode ser₂** é um marcador de atenuação que visa a diminuir a força negativa que o enunciador sabe que pode surgir com o pedido (“queria que você me pagasse um Martini”). Com a frase interrogativa **pode ser?**, o falante altera a força ilocucionária do ato de fala anterior, tornando o pedido mais polido. Esses usos de **pode ser₂** correspondem às **indagações pospostas**, tal como consideradas por Fraser (1980). Para esse autor, as indagações pospostas estão entre os recursos de atenuação, pois diluem a força ilocutória das asserções que as precedem, amenizando seu caráter impositivo. Dik (1989) descreve essa operação gramatical como conversão ilocucionária, que consiste na modificação da ilocução básica da sentença anterior em algum valor ilocucionário derivado. A modalização, em casos como (13), claramente desempenha papel na preservação da face do interlocutor sendo, portanto, orientada para o ouvinte.

Conforme foi demonstrado, os dois usos, **pode ser₁** e **pode ser₂**, expressam subjetividade e intersubjetividade, mas as análises indicam que **pode ser₁** tende à subjetividade e **pode ser₂** se firma como marca de intersubjetividade. Em outras palavras, **pode ser₁**, em geral, marca posicionamento do falante em relação a um conteúdo proposicional por ele apresentado (subjetividade) e **pode ser₂** expressa sempre posicionamento em relação a um interlocutor ou a um ato de fala (intersubjetividade). Embora os dois usos possam assumir funções fortemente pragmáticas, tais como evitar rejeição e busca de aprovação, **pode ser₂** parece ser a forma mais empregada nesses casos.

O contexto de ocorrência prototípico de **pode ser** são as situações de interlocução, o que se reflete nos dados apresentados na tabela seguinte:

Tabela 3 – A distribuição de **pode ser** em discurso contínuo e em interlocução

	Pode ser₁	Pode ser₂ epistêmico	Pode ser₂ deontico	Total
Discurso contínuo	89 (39%)	24 (22%)	-	113 (32%)
Interlocução	137 (61%)	87 (78%)	20 (100%)	244 (68%)
Total	226 (100%)	111 (100%)	20 (100%)	357 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que o uso da expressão está fortemente relacionado ao fluxo da conversação (real, no caso de textos falados, ou simulada, no caso de textos escritos), especialmente quando ela não está ligada a uma oração encaixada (**pode ser**₁) e atua como uma peça avulsa (**pode ser**₂). As situações interlocutivas predominam nos contextos de ocorrência de **pode ser**₁ e de **pode ser**₂ epistêmicos (61% e 78%, respectivamente) e prevalecem absolutas em **pode ser**₂ deôntico (100%). Observe-se, por outro lado, que a frequência de ocorrências em discurso contínuo é significativa para **pode ser**₁ (39%), pequena com **pode ser**₂ epistêmico (22%) e é nula com **pode ser**₂ deôntico.

Revelador da natureza interativa de **pode ser**₂ é o fato de que a frequência desse uso em discurso contínuo deve ser relativizada, porque, mesmo nesses casos, a expressão representa um ato de fala em resposta a outro ato de fala, muitas vezes, em uma simulação do que seria uma conversa. O discurso contínuo é, em princípio, discurso de uma só voz, porém, nas ocorrências com **pode ser**₂, o falante estabelece um diálogo consigo mesmo ou traz diferentes vozes para seu enunciado e com elas interage. É o caso das ocorrências (14) e (15).

- (14) Não será isto, pergunto-me, um sinal do fim dos tempos, uma evidência de que o Messias está para chegar – tal como mencionado no Livro das Origens (“Quando o Mal atingir o clímax, o Messias chegará, montado em seu cavalo branco, separando com sua espada de luz os justos dos pecadores”)? **Pode ser**. De qualquer forma, porém, e considerando o que já aconteceu, o Messias está atrasado. O que não seria de admirar, com este infernal trânsito paulista. Como conseguirá ele subir até aqui? Entrará, a cavalo, no elevador? (CEN)
- (15) Fecho a cortina do box, e o vapor vai me comendo. Vou perdendo de vista o meu corpo e o resto. Um dia, na sauna, meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos. **Pode ser**. Não sei o que uma coisa tem a ver com a outra. Só sei que vou levar uns bons anos até acertar com outro chuveiro igual a este. (EST).

Em (14), o enunciador considera diferentes argumentos por meio de um diálogo consigo mesmo, ou seja, **pode ser**₂ é um ato de fala apreciativo de outro ato de fala, ambos produzidos pelo mesmo enunciador. Trata-se de um raciocínio em que o falante faz um questionamento (“Não será isto, pergunto-me, um sinal do fim dos tempos, uma evidência de que o Messias está para chegar – tal como mencionado no Livro das Origens(...)?”) que é respondido por ele próprio com **pode ser**.

A situação mais comum de **pode ser**₂ em discurso contínuo envolve a referência a um ato de fala que não é do falante e sim trazido para o enunciado por meio de discurso indireto, como em (15) (“meu amigo disse que os antigos chamavam esses banhos de lacônicos”). São enunciados que se aproximam bastante das situações dialógicas, pois, neles, insere-se indiretamente o dizer de outra pessoa.

Desse modo, **pode ser**₂ define-se como uma peça com funcionamento ligado à interação comunicativa, implicando, necessariamente, interlocução, troca e é uma fórmula que indexa intersubjetividade. Sendo uma expressão cuja operação ocorre no nível discursivo, seu âmbito de incidência pode tornar-se difuso, captável apenas no fluxo interacional, como por exemplo, na ocorrência (3), anteriormente analisada e repetida por conveniência, em que **pode ser**₂ modaliza um conteúdo que é identificado pelo contexto interacional, mas não está expresso linguisticamente.

- (3) — Você é virgem, Severina?
— Virgem nasci / Virgem me criei / Se comigo não casares / Virgem morrerei – parodiava Severina, inspirada.
Flodoaldo ria, coçava-lhe a vaidade:
— Você é vida como o diabo, Severina!
E ia trepando como gato no cio aquele muro escuro e sólido de resistência. Adoçava a voz.
— **Pode ser** ou está difícil, coração? (CR).

As análises revelam, então, uma gradação em termos de (inter)subjetividade, que é interpretada como evidência de que está atuante nos contextos de **pode ser** um processo de (inter)subjetivização, como definido por Traugott (2010) e Traugott e Dasher (2002), afinal, verifica-se aumento de (inter)subjetividade (**pode ser**₁ tende à expressão de subjetividade e **pode ser**₂ é intersubjetivo), que se reflete em diferentes direções de modalização (**pode ser**₁ marca, mais fortemente, a modalidade orientada para o falante, enquanto **pode ser**₂ marca, mais fortemente, a modalidade orientada para o ouvinte).

Há, ainda, mudança no nível de atuação da expressão. **Pode ser**₁ incide sobre o conteúdo proposicional da sentença encaixada, atuando, assim, no nível proposicional. **Pode ser**₂, por outro lado, modaliza o enunciado anterior ou um conteúdo implicado na interação verbal, operando, então, no nível discursivo, dos atos de fala. Essa alteração é prevista por Traugott e Dasher (2002), segundo os quais as mudanças no processo de (inter)subjetivização tipicamente envolvem o desenvolvimento de significados que funcionam no nível proposicional para significados com âmbito de incidência sobre a proposição, e daí para significados com escopo sobre unidades discursivas (TRAUGOTT; DASHER, 2002, p.40). Essas trajetórias estão esquematizadas no quadro seguinte:

Quadro 1 – Trajetos correlacionados de direcionalidade na mudança semântica

Verdade condicional		>		Verdade não condicional
Representacional	>	Representacional/processual	>	Processual
Escopo dentro da proposição	>	Escopo sobre a proposição	>	Escopo sobre o discurso
Não subjetivo	>	Subjetivo	>	Intersubjetivo

Fonte: Traugott e Dasher (2002, p.40).

Os valores (inter)subjetivos observados em **pode ser** corresponderiam, de modo geral, às duas últimas colunas desse esquema. De um valor subjetivo (**pode ser**₁), com escopo sobre a proposição, o item teria desenvolvido um valor intersubjetivo (**pode ser**₂), absolutamente ligado à comunicação, com escopo sobre unidades discursivas.

Segundo Traugott e Dasher (2002), os processos de subjetivização e de intersubjetivização estão, por hipótese, relacionados à díade falante-ouvinte, e derivam do mecanismo de inferência metonímica, um tipo de inferência pragmática, uma associação conceptual que se estabelece no contexto discursivo. De acordo com o que os autores chamam de **teoria de inferência sugerida da mudança semântica**, os significados dos itens se tornam cada vez mais pragmáticos e processuais, ou seja, cada vez mais passam a ser utilizados para a organização da comunicação.

Entende-se que a convencionalização de implicatura conversacional (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002) pode estar na base das alterações em **pode ser**. Considerem-se as ocorrências seguintes, repetidas por conveniência:

- (10) — Mas ‘tou achando muito custoso Seu Isé chegar vivo até aqui!
— Sei lá... **pode ser** que não, mas **pode ser** também que sim.
(CHA)
- (5) Inf – [...] além disso tem uma...um outro courinho que sai...de cima...e passa por baixo do...da cabeça...ah...próximo ao pescoço...que também tem um nome ahn:... --puxa eu não sei como é que eu posso ter esquecido esse nome...-- é alguma coisa como:...gargantilha mas não é gargantilha hoje é...((risos)) é o que as mulheres usam
Doc – **pode ser**...daí o exemplo (...) (NURC/ SP DID 18)

- (12) W: Que tal tomarmos alguma coisa, doutor? Uma cerveja, uma batida? Meu colega oferece!
 P: Eu?
 O: **Pode ser**... Pá animar!
 P: Mas Waldemar!
 W: Ótimo! Vamos entrar aqui mesmo. Depois o senhor procura o tal hotel. (PED-D)
- (13) — Escute, estou duro. — esclareci.
 — Ah, não se preocupe, eu pago a minha conta – disse ela.
 — Não é isso – disse eu – Queria que você me pagasse um Martini, **pode ser**?
 Ela chamou o garçom, passou o copo dela para mim, e encomendou outro. Depois me olhando e sorrindo do lado de lá da mesa. (LC).

Hipotetiza-se que a mudança seria desencadeada pelos contextos em que **pode ser**₁, expressão de modalidade epistêmica, é usado para expressar uma admissão do falante em relação ao interlocutor, como em (10). Nesse caso, **pode ser**₁ não introduz um conteúdo proposicional, mas sim retoma o enunciado do interlocutor, admitindo sua validade e situando-a no campo da incerteza.

O valor de admissão com o interlocutor está convencionalizado em **pode ser**₂ epistêmico, que é uso prototípico de situações de interlocução, como em (5). Sendo uma expressão convencionalizada com o valor de admissão em situações de interação verbal, em determinados usos **pode ser**₂ deixa de implicar consentimento no campo do conhecimento (epistêmico) e passa a implicar admissão no campo das ações (deôntico), como na ocorrência (12).

Convencionalizado como um consentimento em relação a uma ação, **pode ser**₂ deôntico passa a ser utilizado em enunciados interrogativos que representam um recurso pragmático, uma estratégia de atenuação de um ato de fala que pode ser ameaçador ao interlocutor, como em (13).

De epistêmico a deôntico?

A pesquisa indica que os usos deônticos de **pode ser** são mais recentes que usos epistêmicos, o que revelaria um percurso bastante interessante e, na verdade, inesperado, considerando-se os estudos históricos sobre o desenvolvimento dos significados modais.

Os linguistas que se dedicaram a buscar as origens dos elementos modalizadores comprovaram que o desenvolvimento nesse campo se dá do domínio deôntico para o epistêmico, e não o contrário (TRAUGOTT, 1989;

SWEETSER, 1990; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; HEINE, 1995; TRAUGOTT; DASHER, 2002). A esse respeito, diz Traugott:

A história dos auxiliares modais no inglês (ou mesmo em qualquer língua) é muito complexa, e qualquer discussão breve, certamente, será muito simplificadora. Entretanto, diversas mudanças parecem razoavelmente sólidas. É, por exemplo, bem conhecido que, na história do inglês, os auxiliares em questão já foram verbos principais, e que significados deônticos dos modais são mais antigos que os significados epistêmicos. (TRAUGOTT, 1989, p.36).

No entanto, nesses trabalhos a tensão comunicativa que se estabelece entre falante e ouvinte, em que se encaixam os elementos modalizadores, não parece estar privilegiada. Guo (1995, p.229) observa que “[...] dada suas limitações metodológicas, estudos históricos raramente investigam o papel desempenhado pelas funções discursivas, interpessoais na mudança semântica [...]” e postula que as funções comunicativas dos modais ajudam a estruturar o conteúdo semântico do item e têm influência na mudança semântica. Analisando o modal *néng* do mandarim, correspondente ao inglês *can*, o autor aponta que a função discursiva do modal constitui uma parte essencial, inalienável do significado do item e forma uma importante origem para a mudança semântica, afinal: “[...] o que se iniciou como um significado contextual frequentemente associado com a forma tornou-se convencionalizado e incorporado ao conteúdo semântico daquela forma [...]” (GUO, 1995, p.230), por meio de um processo metonímico (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991).

Sweetser (1990) analisa os significados epistêmicos como extensão metafórica dos significados de raiz (que inclui habilidade/capacidade e valores deônticos). A mudança é entendida como envolvendo uma transferência de conceitos do domínio sociofísico para o domínio mental, do conhecimento. Atente-se, então, que as motivações de um processo metafórico são cognitivas e, nesse domínio, parece lógico que os significados epistêmicos sejam posteriores aos significados de raiz. Há um raciocínio por trás dessa transferência: por exemplo, quando se diz que é provável (epistêmico) que alguém ande de bicicleta, isso significa que não há nenhuma autoridade (deôntico) que impeça essa ação e que essa pessoa está capacitada (capacidade/habilidade) para isso. É preciso observar, entretanto, que nesses casos a modalidade se realiza no nível das proposições (entendidas como emissão de um juízo).

Considere-se, então, que a expressão **pode ser**₂ não estabelece relação modal canônica, no nível das proposições, mas atua no nível dos atos de fala, das relações interpessoais e, nesse caso (salvo erro), desconhecem-se estudos comprovando o trajeto deôntico>epistêmico.

É possível que a função pragmática de **pode ser**₂, (como marca de admissão do falante com o interlocutor) tenha “saturado” seu conteúdo semântico epistêmico, resultando em um novo significado (deôntico). A ideia é a de que, quando a expressão passa a ser utilizada apenas na interação verbal (**pode ser**₂), o valor modal de avaliação epistêmica (de **pode ser**₁), que implica admissão de algo em termos de conhecimento, pode ter se rotinizado possibilitando a utilização de **pode ser**₂ também para admissão pragmática de uma ação ou de um ato (valor deôntico). Está fora do alcance deste estudo buscar comprovação histórica para o trajeto epistêmico > deôntico em **pode ser**, mas fica sugerido que essa é uma forte hipótese.

Conclusões

Como explicitado no resumo, o objetivo deste estudo foi examinar, em um enfoque funcionalista, a expressão **pode ser** como predicado encaixador de proposição (**pode ser**₁) e como construção independente (**pode ser**₂), ressaltando-se nesses contextos encaminhamentos do processo de (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010). De acordo com Traugott (2010), os significados são considerados cada vez mais subjetivos, à medida que se tornam mais baseados nas crenças e nas atitudes dos falantes, e mais intersubjetivos quanto mais envolvem a atenção do falante em relação a seu ouvinte.

Foram parâmetros para análise de graus de subjetividade em **pode ser** o tipo de força modal (deôntica, epistêmica) e a natureza da força modal (legal, social, religiosa, conhecimento compartilhado, crença, opinião, etc.). Os significados modais são entendidos como intersubjetivos quando estão a serviço de estratégias pragmáticas de polidez, de atenuação, que visam à proteção da imagem do ouvinte.

Sustentou também a análise a noção de modalidade como categoria multifuncional. Orientada para o falante, a modalidade serve essencialmente para marcar um posicionamento atitudinal dele. Orientada para o ouvinte, a modalidade serve como estratégia comunicativa, como um recurso de defesa e proteção de faces. Essas duas direções de modalidade se combinam nos enunciados e uma delas pode estar encarecida, o que também revela graus de (inter)subjetividade.

As análises indicam uma gradação em termos de (inter)subjetividade, na qual se observa que:

- **pode ser**₁ é sempre expressão de subjetividade do enunciador, sinalizando atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional apresentado. Tal subjetividade pode ser maior ou menor, dependendo da evidência que o enunciador possua para a qualificação modal;

- **pode ser₁** também marca intersubjetividade do enunciador, ao expressar uma admissão em relação ao ato de fala de seu interlocutor;
- **pode ser₂** firma-se como uma fórmula avulsa do discurso, típica de situações interacionais; o posicionamento epistêmico não é mais em relação à proposição expressa pelo enunciador (como em **pode ser₁**), mas é em relação ao ato de fala do interlocutor; dado o grande aproveitamento de **pode ser₂** nos discursos, em alguns casos a construção deixa de implicar conhecimento (domínio epistêmico) e passa a implicar controle sobre as ações (domínio deontico);
- **pode ser₂** passa a representar uma estratégia pragmática de atenuação, reveladora da preocupação do falante com a recepção do enunciado pelo interlocutor.

A gradação aponta para um processo de (inter)subjetivização, afinal, **pode ser₂** é, em relação a **pode ser₁**, mais subjetivo (porque a força modal é o próprio enunciador) e também mais intersubjetivo (porque ocorre no fluxo conversacional, como reação a um ato de fala anterior e, também, como estratégia pragmática).

Verificaram-se, ainda, alterações no nível de atuação de **pode ser**, que deixa de atuar no nível proposicional (**pode ser₁**) para atuar no nível dos atos de fala (**pode ser₂**). No primeiro caso, a modalidade tende a se manifestar orientada para o falante, enquanto no segundo caso tende a se manifestar orientada para o ouvinte. As mudanças, por hipótese, ocorrem na interação entre os participantes da comunicação e envolvem a convencionalização de inferências conversacionais (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002).

O exame indicou **pode ser** deontico como extensão do uso epistêmico. Supõe-se que o desenvolvimento se dê na díade falante-ouvinte, desencadeado pelo mecanismo de **inferência sugerida da mudança semântica** (TRAUGOTT; DASHER, 2002). Tal hipótese, embora lançada na “contramão” daquilo que os estudos históricos nesse campo comprovam, deveria ser verificada em uma investigação de base diacrônica, que fica por se fazer.

SOUZA, C. N. de. The development of modalized expression *pode ser*: a case of (inter)subjectification in portuguese. **Alfa**, São Paulo, v.59, n.1, p.29-58, 2015.

- **ABSTRACT:** *Based on a functionalist approach, this paper analyzes the modalized expression 'pode ser' as a complement-taking predicate which embeds a proposition (pode ser1) and as an independent structure (pode ser2), in contemporary written and spoken Brazilian Portuguese texts. We aim to identify degrees of (inter)subjectivity, revealing a process of (inter)subjectification (TRAUGOTT, 2010 among others). The analysis carried out in this paper is supported by parameters of (inter)subjectivity of modal elements (Traugott; Dasher, 2002) and by the notion of modality as a multifunctional category, serving not only to encode the speaker's attitude regarding the modalized content, but also as a pragmatic strategy, as a regulator of communicative situation. The exam reveals 'pode ser' as a strongly demanded structure in interaction, a fairly requested set and also productive and useful for interpersonal*

relationships. The examination of semantic, discursive and morphosyntactic properties indicates a shift from syntax (pode ser1) to discourse (pode ser2), interpreted as a development of (inter)subjectification

- **KEYWORDS:** Modalization. *Pode ser.* (Inter)subjectification. Functionalism.

REFERÊNCIAS

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness:** some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BYBEE, J. L.; PERKINS, R. D.; PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar:** tense, aspect and modality in the language of the world. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CARRASCOSSI, C. N. S. Usos discursivos e os postulados da gramaticalização: um estudo da expressão modalizadora *pode ser*. **Revista de estudos da linguagem**, Belo Horizonte, v.22, n.1, p.207-236, jan./jun. 2014.

_____. **Gramaticalização e (inter)subjetivização na modalização em português:** um estudo de *pode ser*. 2011. 170f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar.** Part 1: the structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

FRASER, B. Conversational Mitigation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.4, n.4, p.341-350, 1980.

GALVÃO, V. C. C. **O achar no português do Brasil:** um caso de gramaticalização. 1999. 156f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GONÇALVES, S. C. L. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade:** um estudo de caso no português do Brasil. 2003. 250f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

GONÇALVES, S. C. L.; SOUSA, G. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. As subordinadas substantivas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil:** classes de palavras e processos de construção. v.2. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. p.1021-1084.

GUO, J. The interactional basis of the mandarin néng ‘can’. In: BYBEE, J.; FLEISCHMANN, S. (Ed.). **Modality in grammar and discourse.** Amsterdam: John Benjamins Company, 1995. p.205-238.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

_____. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. **Foundations of Language**, Dordrecht, v.6, p.322-361. 1970.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.

HEINE, B. Agent oriented vs. epistemic modality: some observations on German modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Ed.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p.17-54.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. v.2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.1190-1201.

_____. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Semantics**, [s.l.], v.6, n.1, p.227-269, 1988.

HOFFNAGEL, J. C. A modalização epistêmica no processamento textual da fala. In: KOCH, I. G. V.; BARROS, K. S. M. (Org.). **Tópicos em linguística do texto e análise da conversação**. Natal: EDUFERN, 1997.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KIEFER, F. On defining modality. **Folia linguística**, The Hague, v.21, n.1, p.67-93, 1987.

LYONS, J. **Semantics 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MIRANDA, N. S. **A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores**. 2000. 196f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NARROG, H. On defining modality again. **Language Sciences**, Tokyo, v.27, n.2, p.165-192, 2005.

NEVES, M. H. M. Linguística funcional: princípios, temas, objetos e conexões. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v.13, n.1, p.23-38, 2011.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. **Alfa**, São Paulo, v.28, p.21-42, 1984.

- NOONAN, M. Complementation. In: SHOOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p.43-140.
- NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.33, n.3, p.383-400, 2001.
- _____. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, Hawthorne, v.31, n.5, p.933-969, 1993.
- _____. Subjectivity vs objectivity modality: what is the difference? In: FORTESCUE, M. et al. (Ed.). **Layered structure and reference in a functional perspective**. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p.73-97.
- PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PERKINS, M. R. **Modal expressions in English**. London: Frances Pinter, 1983.
- QUIRK, R. et al. **A grammar of contemporary English**. London: Longman, 1985.
- SWEETSER, E. E. Modality. In: **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge: University Press, 1990. p.49-75.
- TALMY, L. Force-dynamics in language and cognition. **Cognitive Science**, Norwood, v.12, n.1, p.49-100, 1988.
- TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (Inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Ed.). **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010. (Topics in English Linguistics, 66).
- _____. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (Ed.). **Subjectivity and subjectivization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995a. p.31-54.
- _____. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Paper presented at ICHL XII, Manchester, 1995b. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- _____. On rise epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. **Language**, Baltimore, v.65, n.1, p.31-55, 1989.
- _____. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p.245-271.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C., KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (Ed.). **Approaches to grammaticalization**: Focus on theoretical and Methodological issues. v.I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

ABREVIÇÕES DAS OBRAS CITADAS

- ANT-T** – *Antibióticos na clínica diária*. FONSECA, A. L. 2. Ed. Epume, 1984.
- BH** – *Balbino, O homem do mar...* LESSA, O. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- BRI** – *Brida*. COELHO, P. Rio de Janeiro: Rocco Ltda., 2002.
- CEN** – *Cenas da vida minúscula*. SCLIAR, M. Porto Alegre: L&PM, 1991.
- CHA** – *Chapadão do Bugre*. PALMÉRIO, M. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- CR** – *Cabra das Rocas*. HOMEM, H. São Paulo: Ática, 1973.
- DSP** – *O demônio e a Srta. Prym*, COELHO, P. Rio de Janeiro: Rocco Ltda., 2000.
- EST** – *Estorvo*. HOLANDA, F. B. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- FAV** – *Feliz Ano Velho*. PAIVA, M. R. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LC** – *Lobos e cordeiros*. LOPES, E. São Paulo: Moderna, 1983.
- PED-D** – *Pedro pedreiro*. PALLOTTINI, R. *Revista de Teatro*. Rio de Janeiro, n. 458, 1986.
- PFI** – *Pais e Filhos*. Várias edições. Rio de Janeiro: Block, 1972. // Propagandas, 1989.
- RE-D** – *A resistência*. AMARAL, M. A. S. Rio de Janeiro: MEC/DAC/Funarte, 1978.

Recebido em: agosto de 2013

Aprovado em janeiro de 2014